



“Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la.”

General Rodrigo Octávio / 1º Comandante Militar da Amazônia (1968/1970)

AMAZÔNIA – O GRANDE DESAFIO - (XXXX)

No artigo anterior, abordamos alguns aspectos da cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM), a mais indígena das cidades do Brasil, com 21 etnias, onde são falados vários idiomas. Além do Português, são línguas oficiais, o ‘tukano’, o ‘baniwa’ e o ‘nheengatu’. Acerca do *nheengatu*, dissemos que era a ‘língua geral’, ou ‘brasílica’, “um idioma artesanal criado pelos jesuítas” como nos ensina a inclita Mestra Aileida de Mattos Oliveira, que ressalta o fato de que a única língua, que hoje falamos, foi difundida para todo o território nacional, pelas tropas, em seus constantes deslocamentos. A língua geral era predominante nos dois Estados Coloniais (‘Estado do Brasil’ e ‘Estado do Maranhão e Grão Pará’), no largo período de 210 anos, a partir do final do século 17. Historiadores de tomo relatam, que ao tempo da conquista do Quilombo dos Palmares, em 1695, o bandeirante Domingos Jorge Velho falava tão mal o Português que foi necessária a contratação de um tradutor, eis que ele só bem entendia a língua dos índios... Porém, o Marquês de Pombal, Secretário de Estado de Dom José I, em 1758, determinou que o idioma de Camões fosse o único a ser falado nas colônias portuguesas; e, em 1759, expulsou os jesuítas do Brasil, após a ‘guerra guaranitica’ (1753/56), no RS, quando se sobressaiu Antônio Sepé Tiaraju, índio catequizado, alcaide de São Miguel (capital dos Sete Povos das Missões), morto em batalha, declarado, por lei, “herói gu-

rani missionário riograndense”, e tido como santo popular, havendo no RS, uma cidade de nome São Sepé. As Missões jesuíticas também se espalhavam pelo Paraguai e Argentina (terra do famoso índio Andreito). O Paraguai, hoje um país bilingue, foi o centro dessas Missões, e os padres da Companhia de Jesus desajavam criar um grande Império – o ‘Império Teocrático dos Jesuítas’. Solano López tentou, em seus devaneios de grandeza, implantar este Império, que iria do Paraguai ao Atlântico (era o ‘Paraguai Maior’), o que atentaria contra as soberanias dos países vizinhos, tanto que se avengeu, não apenas por isso, em 1865, o ‘Tratado da Tríplice Aliança’, quando da Guerra do Paraguai (1864-70).

Outrossim, à época de nosso histórico ‘nativismo’, são lembradas outras figuras de lendários aborígenes, como o Tuxaua (cacique) Ajuricaba, no Amazonas; o cacique Tibiriçá, em



São Paulo; Ararigboia, no Rio de Janeiro; ‘Mandu Ladino’, no Piauí, e o mais gigante entre eles, o potiguar Antônio Felipe Camarão, o ‘Índio Poti’, comandante do Terço Indígena do ‘Exército Patriota’, quando da primeira batalha dos Guarapes (19 de abril de 1648).

Hoje, a 7ª Brigada de Infantaria Motorizada, sediada em Natal (RN), ostenta, com ufania, a denominação histórica de “Bri-gada Felipe Camarão”, para a qual tivemos a subida honra de elaborar, em 1987, o estudo histórico, com vistas à concessão desta homenagem. Por ilustração relevante, diga-se que o Instituto Histórico e Geográfico do RN, do qual somos sócio acadêmico, adve-ga que incontestável tese de que a tribo dos potiguares, liderada por Felipe Camarão, que se deslocou, em 1633, para Pernambuco, onde se apresentou a Duarte Coelho (e se transformou no já citado Terço Indígena) para combater os invasores holandeses, foi a primeira tropa regular, genuinamente brasileira, de nosso Exército, desde Guarapes – “Berço da Nacionalidade e do Exército Brasileiro”. Instituição esta que proclama a data da primeira das batalhas dos veneráveis montes Guarapes, como o seu honorável Dia (re-plitamos: 19 de abril de 1648)!

(continua)

* Coronel, Historiador Militar e Advogado msorianoneto@hotmail.com

ASPECTOS RELEVANTES DA CONTRARREVOLUÇÃO DE 1964 (II)

- Manuel Soriano Neto

Anteriormente, procurei demonstrar que o Movimento de 31 de Março de 1964 foi de abrangência nacional, ficando raízes não apenas no período da Guerra Fria, mas também em outros tempos, como os da hedionda, traço-eira e covarde Intentona Comunista de 1935. E afirmei que ele foi MANDATÓRIO, IMPERATIVO, INEXORÁVEL, INEVITÁVEL. Claro que houve concausas para a sua deflagração; contudo, creio que as duas de maior realce foram: 1) a preservação da existência de vida militar e religiosa no Brasil; e 2) o impedimento de uma iminente guerra civil de proporções imprevisíveis. Era certo e recerto, pois, que as FFAA não consentiriam que a catástrofe ocorresse, posto que sempre timbravam a sua patriótica conduta por elevados e conservadores postulados ocidentais, cristãos e democráticos, que são pontos de honra, questões fechadas, dogmáticas, não-interpretáveis e inegociáveis, enfim, cláusulas pétreas, que sempre preservaram! As investidas, pretéritas e atuais, em contrário a esses primados, nunca tiveram quando junta a seus integrantes, que prezam e seguem, acima de quaisquer considerações, os princípios da hierarquia, da disciplina e da autoridade, ressalvadas as raras e desonrosíssimas exceções.

Muito já se escreveu sobre a Con-



Placa evocativa inaugurada em 2020, no PC do Corpo de Cadetes, que era o antigo e memorável PC do Comandante da AMAN, de onde o General Médico decidiu empregar os Cadetes, em adesão ao Movimento de 31 de Março de 1964.

trarrevolução de 1964. Destaco o projeto ‘História Oral do Exército’, em doze tomos alusivos ao tema e publicados pela Bibliex; os Relatórios das Organizações Militares participes do memorável fato histórico-militar; e, enfim, as ‘Edições Históricas’ anuais do jornal *Inconfidência*, que deveriam ser sustentadas, em especial por professores, a fim de que a História não seja deturpada, como só acontecer, por - malditos sejam - maus brasileiros, atrelados a uma ideologia materialista, internacjonalista e atea. Eu, particularmente,

elaborei um trabalho que foi publicado pelo Clube de Aeronáutica, em singelo livro de título “Pensamento Brasileiro-Reflexões - Movimento Civico-Militar de 31 de Março de 1964; Ensaios - 11”; Editora Revista Aeronáutica, RJ, 2014, organizado pelo coronel aviador Araken Hipólito da Costa, então Diretor Cultural do citado Clube. Destarte, nessas achegas que agrego ao assunto, somente lembro, sob visão própria, sujeita a críticas, alguns aspectos que julgo de capital importância, sem nunca querer esgotar o assunto. Todavia, urge que se revise

aqueles tempos bicudos do início da década de 1960, até porque a vetustez já atingiu os protagonistas ainda vivos, dos episódios ocorridos; e isso deveria ser tarefa prioritária de bons historiadores, para que argumentos verazes se contraponham às patranhas que se difundem à larga, máxime na atualidade. A propósito, sábio é o nosso Exército que não deixa de lembrar as glórias da FEB, tendo editado, há pouco, por meio do CComEx, um livro primoroso, de título “O Exército Brasileiro na 2ª Guerra Mundial”...

No texto anterior, citai considerações acerca das Constituições de 1946, 1967, e sua Emenda Constitucional nº 1, de 1969, e em todas elas, insito estava o mandamento de que “As Forças Armadas são instituições nacionais, permanentes... com base na hierarquia e na disciplina, “sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei” (as aspas e o negrito são meus). Ora, se o presidente descumpria a Lei Magna, incentivando a quebra da hierarquia e da disciplina, como consabido, não agia ‘dentro dos limites da lei’. Tal postura jamais poderia ser aceita pela classe militar, pois a atingia moralmente. Este foi um dos argumentos fundamentais para a rebelião contra tal acinte aos homens de farda.

(continua)

* Coronel, Historiador Militar e Advogado msorianoneto@hotmail.com